

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.563.132 - RJ (2019/0246784-0)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
AGRAVANTE : YAN FELIX HIRANO
ADVOGADOS : GUSTAVO KLOH - RJ104856
PEDRO LUIZ PIRES VAZ - RJ103996
BÁRBARA SPOHR GONÇALVES E OUTRO(S) - RJ217771
AGRAVADO : CHEBIBE CEREAIS S.A
ADVOGADO : MARIA ELISABETE DE CASTRO JOSÉ - RJ111089

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. CHEQUE. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. COTEJO ANALÍTICO E SIMILITUDE FÁTICA. AUSÊNCIA.

1. Embargos à execução fundada em cheque.
2. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados, não obstante a interposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial.
3. O dissídio jurisprudencial deve ser comprovado mediante o cotejo analítico entre acórdãos que versem sobre situações fáticas idênticas.
4. Agravo conhecido. Recurso especial não conhecido.

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por YAN FELIX HIRANO, contra decisão que negou seguimento a recurso especial fundamentado na(s) alínea(s) "a" e "c" do permissivo constitucional.

Agravo em recurso especial interposto em: 06/02/2019.

Concluso ao gabinete em: 04/10/2019.

Ação: embargos à execução opostos pelo agravante, em face de CHEBBE CEREAIS S.A, nos quais alega que os cheques cobrados carecem de força executiva, pois a contraprestação ajustada no negócio jurídico subjacente não foi cumprida.

Sentença: julgou improcedentes os embargos à execução, com aplicação de multa por ato atentatório à dignidade da Justiça.

Acórdão: deu parcial provimento à apelação interposta pelo agravante, apenas para excluir a aplicação da multa, nos termos da seguinte ementa:

Direito Empresarial. Títulos de crédito. Execução. Cheque. Embargos. Alegação de não-celebração de negócio jurídico com o credor originário. Improcedência das alegações e imposição de multa, pois os embargos foram considerados protelatórios. Recurso. Alegação de que não fora celebrado qualquer negócio jurídico com a empresa-embargada. Pedido de exclusão da multa. Cabimento parcial.

O cheque é documento literal e abstrato. “[...] a posse do cheque faz presumir não só o débito nele representado, mas também a legitimidade e boa-fé de seu detentor "apresentante" para exigir o cumprimento do crédito e, caso não seja quitado, proceder ao protesto cabível do título. Precedentes desta Corte. 8. Não havendo provas nos autos da ilicitude do protesto, não há que se falar em verba indenizatória. [...] Agravo inominado a que se nega provimento” (Apel. Cív. nº 0475894-26.2011.8.19.0001, Décima Quarta Câmara Cível, rel. Des. Juarez Fernandes Folhes, j. 11/06/2013).

Multa que não se mostra devida, considerando que não demonstrado desproporcionalidade na oposição de embargos.

Precedente: 0020564-21.2014.8.19.0061 - Apelação Des(a). Mario Assis Gonçalves - Julgamento: 02/08/2017 - Terceira Câmara Cível

Provimento parcial do recurso apenas para excluir a multa imposta ao apelante.

Embargos de Declaração: opostos pelo agravante, foram rejeitados.

Recurso especial: alega violação dos arts. 355, I, e 369, caput, ambos do CPC/15, bem como dissídio jurisprudencial. Sustenta a impossibilidade de se julgar antecipadamente a lide quando o conjunto probatório dos autos não é suficiente e a questão não é puramente de direito.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

Julgamento: aplicação do CPC/2015.

- Da ausência de prequestionamento

O acórdão recorrido não decidiu acerca dos arts. 355, I, e 369, caput, ambos do CPC/15, indicados como violados, apesar da oposição de embargos de declaração. Por isso, o julgamento do recurso especial é inadmissível. Aplica-se, na hipótese, a Súmula 211/STJ.

- Da divergência jurisprudencial

Entre os acórdãos trazidos à colação, não há o necessário cotejo analítico nem a comprovação da similitude fática, elementos indispensáveis à

demonstração da divergência. Assim, a análise da existência do dissídio é inviável, porque foram descumpridos os arts. 1.029, §1º, do CPC/2015, e 255, § 1º, do RISTJ.

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo e, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15, NÃO CONHEÇO do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da parte agravada em virtude da interposição deste recurso, majoro os honorários fixados anteriormente em 10% sobre o valor da causa (e-STJ fl. 34) para 12%.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília(DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora